



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

REGIMENTO DO CONSELHO DE ESTRATÉGIA E DE AVALIAÇÃO

Artigo 1.º

Objeto e natureza

1 – O Conselho de Estratégia e de Avaliação é um órgão de consulta do Reitor conforme disposto no artigo 93.º dos Estatutos.

2 – O presente Regimento contém a disciplina da organização e funcionamento do Conselho de Estratégia e de Avaliação, adiante também designado simplesmente por Conselho, previsto no artigo 92.º dos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, de Sua Excelência o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto de 2016, adiante designados por Estatutos, sendo aprovado ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro e adiante designado por CPA.

3 – O Regimento não se sobrepõe às normas legais nem estatutárias, prevalecendo estas em qualquer situação de contradição.

Artigo 2.º

Composição e *quorum*

1 – O Conselho é composto:

- a) Pelo reitor, que preside, e pelos vice-reitores;
- b) Pelos presidentes das unidades orgânicas de ensino e investigação;
- c) Pelos diretores das unidades orgânicas de investigação e outras unidades de investigação avaliadas positivamente;
- d) Pelos presidentes dos conselhos científico e técnico-científico;
- e) Pelos presidentes dos conselhos pedagógicos.

2 – O Conselho só pode deliberar quando esteja presente a maioria do número legal dos seus membros com direito a voto.

3 – Não se verificando na primeira convocação o *quorum* previsto no número anterior, é convocada nova reunião, com o intervalo mínimo de vinte e quatro horas, podendo o Conselho deliberar desde que estejam presentes mais de um terço do número legal dos seus membros com direito a voto, facto que deve ser expressamente referido nessa convocatória.

4 – Da convocatória referida no número anterior, apenas podem constar assuntos incluídos na anterior ordem do dia, no todo ou em parte, conforme decisão do Presidente, não podendo o Conselho deliberar sobre quaisquer outros.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Artigo 3.º

Secções

- 1 – O Conselho pode funcionar em secções para o tratamento de matérias específicas.
- 2 – São secções do Conselho:
 - a) A Secção de Estratégia e Avaliação para o Ensino, adiante designada por SEAE;
 - b) A Secção de Estratégia e Avaliação para a Investigação, adiante designada por SEAI;
- 3 – Integram a SEAE os membros a que se referem as alíneas a), b), d) e e) do número 1 do artigo 2.º.
- 4 – Integram a SEAI os membros a que se referem as alíneas a), c) e d) do número 1 do artigo 2.º.
- 5 – Às secções aplicam-se as normas previstas no Regimento para o Conselho, com as devidas adaptações.

Artigo 4.º

Competências

- 1 – O Conselho exerce as competências legal e estatutariamente fixadas, incluindo as consagradas no artigo 93.º dos Estatutos e nas condições aí estabelecidas.
- 2 – O Conselho é de consulta obrigatória no que respeita:
 - a) Ao plano estratégico de médio prazo;
 - b) Aos planos de qualidade e segurança;
 - c) Às linhas gerais de orientação da instituição no plano científico e académico;
 - d) Às orientações para a oferta de ensino de cada ano letivo;
 - e) Às orientações para a repartição de recursos/orçamento para cada ano;
 - f) Às propinas devidas pelos estudantes;
 - g) Ao sistema de autoavaliação;
 - h) À criação ou extinção de unidades orgânicas;
 - i) À criação de outras unidades de investigação;
 - j) À criação ou extinção de unidades de extensão cultural;
 - k) À aquisição ou alienação de património imobiliário da instituição;
 - l) Às operações de crédito.

Artigo 5.º

Presidente

- 1 – O Conselho é presidido pelo Reitor, nos termos do número 1 do artigo 92.º dos Estatutos.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

2 – O Presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice-reitor por si designado para o efeito.

3 – Compete ao Presidente, nomeadamente:

a) Convocar e presidir às reuniões do Conselho, abrindo e encerrando as reuniões, dirigindo os trabalhos e assegurando o cumprimento das leis, bem como a regularidade das deliberações tomadas;

b) Suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da reunião, podendo a decisão ser revogada em recurso imediatamente interposto e votado favoravelmente, de forma não tumultuosa, por maioria de dois terços dos membros com direito a voto;

c) Declarar ou verificar as vagas do Conselho e proceder às substituições devidas, nos termos dos Estatutos;

d) Garantir o acesso à documentação e a outra informação disponível, consideradas relevantes para o exercício da função dos membros do Conselho;

e) Exercer os demais poderes que o Conselho, no âmbito das suas competências, lhe confira.

Artigo 6.º

Secretário e Apoio Técnico

1 – O Conselho tem um Secretário nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do CPA.

2 – O Secretário é eleito, de entre os seus membros, por maioria simples dos membros do Conselho presentes.

3 – Ao Secretário compete coadjuvar o Presidente no âmbito das reuniões do Conselho e das Secções, bem como elaborar as atas.

4 – Intervém como suplente do Secretário, quando ocorra a sua ausência ou impedimento, o membro presente mais recente e, no caso de todos possuírem a mesma antiguidade reportada ao momento da assunção do cargo, o de menor idade.

5 – O Conselho beneficia de apoio técnico prestado pelo Serviço da Reitoria.

Artigo 7.º

Membros

1 – Os membros do Conselho têm o direito de:

a) Receber as convocatórias, quando for o caso, bem como a ordem do dia e a documentação respetiva, nos prazos e termos devidos;

b) Apresentar quaisquer assuntos para a ordem do dia nos termos do disposto no artigo 12.º;

c) Participar nas reuniões, intervindo nas discussões e pedindo esclarecimentos;

d) Exercer o direito de voto e apresentar declarações de voto;



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

e) Ter acesso a toda a documentação e outra informação disponível, consideradas relevantes ao exercício da respetiva função;

f) Realizar as demais funções inerentes à condição de membro.

2 – São especiais deveres dos membros do Conselho:

a) Cumprir a lei e Estatutos em vigor, assim como o disposto no presente Regimento;

b) Comparecer e participar nas reuniões e outras atividades para que forem designados.

3 – A comparência às reuniões por parte dos membros do Conselho tem prioridade sobre quaisquer outros deveres funcionais, com exceção da participação em júris de concursos de provas académicas e de concursos de recrutamento, provas de avaliação e situações de representação institucional previamente autorizadas pelo Presidente da Unidade Orgânica a que pertence ou pela Reitoria.

4 – As ausências às reuniões do Conselho devem ser comunicadas ao Presidente do Conselho, com a respetiva justificação, até pelo menos 24 horas antes do início da reunião, salvo situações de impossibilidade em que devem ser justificadas até um máximo de cinco dias úteis seguintes.

5 - Consideram-se por justificar quaisquer ausências que não tenham enquadramento no disposto no número 3 do presente artigo, as quais devem ser comunicadas pelo Presidente do Conselho ao Serviço de Recursos Humanos para efeitos de justificação ou não da ausência nos termos da lei.

6 – Os membros do Conselho estão sujeitos às garantias de imparcialidade previstas na lei, nomeadamente nos artigos 69.º a 76.º do CPA, bem como aos demais direitos e deveres legalmente consagrados, não podendo estar presentes no momento da discussão, nem da votação, quando se encontrem ou se considerem impedidos.

7 – Os membros do Conselho estão sujeitos ao dever de reserva e/ou confidencialidade quanto a todos os assuntos que assim sejam classificados pela lei ou regulamentos, pelo Presidente ou por uma maioria de dois terços dos seus membros.

8 – Os membros do Conselho não respondem disciplinarmente pelos votos ou pelas opiniões que emitam no exercício das suas funções.

Artigo 8.º

Suplência

1 - A falta, ausência ou impedimento de um membro a qualquer reunião do Conselho pelas razões justificadas por lei ou enunciadas no número 3 do artigo 7.º do presente Regimento, permite a suplência.

2 – Nos termos do presente regimento, entende-se por:

a) Falta temporária, qualquer situação que impeça o preenchimento do cargo por um determinado período de tempo;

b) Ausência, a falta de um membro a uma qualquer reunião do órgão;



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

c) Impedimento, qualquer situação em que o membro tiver sido declarado impedido para um determinado procedimento, nos termos dos artigos 69.º a 72.º do CPA.

3 – Para além do disposto no número 1, os membros do Conselho podem suspender o seu mandato, uma ou mais vezes, por um mínimo de 30 dias e até ao limite máximo de cento e oitenta dias de calendário, seguidos ou interpolados, mediante comunicação dirigida ao Presidente, onde se justifique o motivo do pedido, e se indique o prazo de suspensão e o início da produção de efeitos, só podendo reocupar o lugar findo esse prazo.

4 – Nos casos previstos nos números 1 e 3, qualquer vogal do Conselho pode ser substituído pelo elemento com competências para o efeito, conforme legal ou estatutariamente definido;

5 – A substituição a que se refere o número anterior só poderá ter lugar nas situações em que o Presidente do Conselho for notificado com pelo menos 24 horas de antecedência relativamente ao início da reunião ou da atividade em questão, cabendo-lhe convocar o substituto uma vez confirmada a respetiva legitimidade para exercer as funções de vogal em tais condições.

Artigo 9.º

Cessação de mandato por iniciativa do membro do Conselho

1 – Os membros do Conselho podem cessar, a todo o tempo, o seu mandato, mediante comunicação dirigida ao Presidente com a antecedência mínima de trinta dias de calendário, sendo a cessação do Presidente apresentada à Assembleia.

2 – A substituição de membros cessantes faz-se a título definitivo, em cada caso, pelo tempo correspondente à completação do mandato do membro cessante.

Artigo 10.º

Cessação e suspensão por força da lei ou por iniciativa do Conselho

1 – A aplicação aos membros do Conselho de sanção disciplinar de “suspensão”, como prevista no artigo 180.º n.º 1 alínea c) da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, implica a suspensão automática do respetivo mandato por período igual ao do cumprimento efetivo da sanção em apreço.

2 – Os membros do Conselho cessam os seus mandatos se:

- a) Forem exonerados;
- b) Tendo sido eleitos, deixarem de reunir os pressupostos legais ou estatutários subjacentes à respetiva eleição;
- c) A suspensão prevista no n.º 3 do artigo 8.º ultrapassar o limite aí referido.

3 – A exoneração de membro do Conselho só pode efetivar-se em caso de falta grave comprovada e mediante deliberação do Conselho por maioria de dois terços dos seus membros em efetividade de funções.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

4 – Consideram-se faltas graves, para efeitos do número anterior:

- a) A falta injustificada nos termos da lei ou do n.º 5 do artigo 7.º do presente Regimento, ao longo do mandato, a mais de três reuniões consecutivas ou interpoladas, ordinárias e/ou extraordinárias;
- b) O incumprimento do dever de reserva e/ou confidencialidade nos termos do n.º 7 do artigo 7.º do presente Regimento.

Artigo 11.º

Reuniões ordinárias

1 – O Conselho reúne ordinariamente quatro vezes por ano, segundo calendário a estabelecer na última reunião de cada ano civil.

2 – Quaisquer alterações ao dia e hora fixados para as reuniões ordinárias, ditadas por circunstâncias impeditivas excepcionais, devem ser comunicadas pelo Presidente a todos os membros, de forma a garantir o seu conhecimento seguro e oportuno.

Artigo 12.º

Reuniões extraordinárias

1 – As reuniões extraordinárias têm lugar mediante convocação do seu Presidente, por iniciativa própria, ou de, pelo menos, um terço dos seus membros em efetividade de funções, devendo o pedido ser apresentado por escrito e acompanhado dos assuntos a serem tratados, incluindo toda a documentação que aos mesmos respeite, só se considerando o pedido efetuado quando toda essa documentação tenha sido entregue.

2 – A convocação da reunião deve ser feita para um dos quinze dias úteis seguintes à apresentação do pedido, mas sempre com a antecedência mínima de quarenta e oito horas antes da data da reunião extraordinária.

3 – Da convocatória, que pode ser efetivada por ofício ou correio eletrónico, devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião, bem como toda a documentação que aos mesmos respeite.

4 – A convocatória considera-se válida, desde que haja comprovação da respetiva receção.

Artigo 13.º

Ordem do dia e objeto das deliberações

1 – A ordem do dia de cada reunião é estabelecida pelo Presidente que nela deve incluir as informações e os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro, desde que da competência do Conselho, através de pedido entregue com uma antecedência mínima de cinco dias úteis antes da data da reunião e acompanhado da documentação necessária à respetiva análise.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

2 – A ordem do dia deve ser disponibilizada a todos os membros junto com a convocatória e, sempre que esta não exista, com uma antecedência mínima de cinco dias úteis antes da data da reunião ou, excecionalmente e em casos devidamente fundamentados, em prazo inferior, mas sempre com a antecedência mínima de quarenta e oito horas antes da data da reunião.

3 – Salvo os casos em que tal não se afigure necessário, o primeiro ponto da ordem do dia é destinado à apresentação de informações nela elencadas e sobre as quais não pode ter lugar qualquer discussão e/ou deliberação.

4 – Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da reunião, salvo se, tratando-se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros em efetividade de funções reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos.

5 – A ilegalidade resultante da inobservância das disposições sobre a convocação de reuniões só se considera sanada quando todos os membros do Conselho em efetividade de funções compareçam à reunião e nenhum suscite oposição à sua realização.

Artigo 14.º

Funcionamento das reuniões

1 – As reuniões do Conselho não são públicas.

2 – Sempre que o Presidente assim o considere necessário, sem direito a voto, podem acompanhar e apoiar a reunião outros elementos da equipa reitoral e técnicos do Serviço da Reitoria.

3 – Podem, ainda, participar nas reuniões do Conselho quaisquer personalidades convidadas, para se pronunciarem sobre assuntos da sua área de competência e apenas durante o período de discussão do assunto para o qual foram convidadas.

4 – Os elementos a que se refere o número anterior são convidados pelo Presidente, por sua iniciativa, ou sob proposta devidamente fundamentada de um terço dos membros do Conselho em efetividade de funções.

5 – A proposta a que se refere o número anterior acompanha o pedido a que se refere o n.º 1 dos artigos 12.º e 13.º.

6 – O Conselho pode recusar a participação de um qualquer convidado, por maioria absoluta dos membros presentes.

7 – As informações a que se refere o n.º 3 do artigo 13.º são apresentadas pelo Presidente ou pelo proponente.

8 – Sem prejuízo de outra decisão do Presidente, devidamente fundamentada, no tratamento dos restantes assuntos da ordem do dia, deve ser observada a seguinte metodologia:

- a) Apresentação do assunto por parte do(s) proponente(s) ou, na sua ausência, pelo Presidente;
- b) Uma primeira ronda de intervenções mediante prévia inscrição dos interessados, seguida de uma intervenção por parte do(s) proponente(s);



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

c) Uma segunda ronda de intervenções mediante prévia inscrição dos interessados, seguida de uma intervenção por parte do(s) proponente(s);

d) Deliberação do Conselho.

9 – A todo o momento da reunião, qualquer membro pode requerer a palavra para invocação do Regimento, dos Estatutos e da lei, ou para o exercício do direito de defesa da honra.

10 – As reuniões do Conselho decorrem no campo universitário para o qual forem convocadas, participando os membros que se encontrem noutros campos universitários através de videoconferência ou utilizando um qualquer outro meio tecnológico que ofereça condições para o efeito.

Artigo 15.º

Duração das intervenções

1 – No exercício das suas funções, o Presidente não está sujeito, nas suas intervenções, a qualquer limite de tempo.

2 – O tempo de apresentação, no Conselho, de qualquer informação e/ou assunto por quem o propôs para a ordem do dia será fixado pelo Presidente.

3 – Cada intervenção de um qualquer membro do Conselho sobre um qualquer assunto em discussão não pode exceder os três minutos.

4 – Os esclarecimentos a prestar pelo proponente do assunto em debate, não pode exceder metade do tempo utilizado pelos diferentes membros do Conselho que intervenham nos termos do número anterior.

5 – Quando se trate de personalidade convidada nos termos do n.º 3 do artigo anterior, o seu tempo de intervenção será fixado pelo Presidente.

Artigo 16.º

Votações

1 – As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes na reunião, salvo nos casos em que por disposição legal, estatutária ou regulamentar se exija maioria qualificada, ou seja suficiente maioria relativa.

2 – Conforme dispõe o artigo 30.º do CPA, não são permitidas abstenções.

3 – Com exceção para os casos estatutariamente previstos, não é permitido o voto por correspondência.

4 – As deliberações que envolvam um juízo de valor sobre comportamentos ou qualidades de pessoas, são sempre tomadas por escrutínio secreto, devendo o Presidente, em caso de dúvida fundada, determinar que seja essa a forma para a votação. As restantes votações, salvo disposição



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

em contrário, são realizadas por votação nominal, devendo votar primeiro os vogais e, por fim, o Presidente.

5 – No caso em que as votações por escrutínio secreto envolvam a participação de membros que se encontrem num campo universitário diferente daquele para o qual a reunião foi convocada, serão consideradas tantas urnas quantos os campos em causa.

6 – A contagem em simultâneo dos votos nos diferentes campos universitários carece da aceitação da totalidade dos membros presentes na reunião, mediante votação prévia.

7 – Caso não haja unanimidade para os efeitos referidos no número anterior a reunião é suspensa pelo Presidente que determinará o seu reatamento no prazo estritamente necessário para a receção dos votos provenientes dos campos universitários em causa.

8 – Quando seja exigível maioria absoluta e esta não se forme, nem se verifique empate, procede-se imediatamente a nova votação. Se aquela situação se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte, na qual a maioria simples é suficiente.

9 – Em caso de empate na votação, o Presidente tem voto de qualidade, ou, sendo caso disso, de desempate, salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.

10 – Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação. Se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a reunião seguinte.

11 – Se, na primeira votação da reunião seguinte, se mantiver o empate, procede-se a votação nominal, na qual a maioria simples é suficiente.

12 – Quando exigida, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo Presidente após a votação, tendo presente a discussão que a tiver precedido.

Artigo 17.º

Atas

1 – De cada reunião será lavrada ata, que conterà um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido e seja relevante para o conhecimento e a apreciação da legalidade das deliberações tomadas, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, incluindo a especificação das ausências, justificações e eventuais substituições, a ordem do dia, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações, e as decisões do Presidente, bem como as declarações de voto, quando as houver.

2 – As atas são lavradas pelo Secretário e postas à aprovação dos membros no início da reunião seguinte ou, sempre que assim seja deliberado pelo Conselho, no final da reunião a que respeitam, sendo assinadas, após a sua aprovação, pelo Presidente e pelo Secretário.

3 – Nos casos em que o órgão assim o delibere, a ata poderá ser aprovada na reunião a que disser respeito, mas em minuta sintética, devendo ser depois transcrita com maior concretização e novamente submetida a aprovação.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

4 – As deliberações do Conselho só adquirem eficácia depois de aprovadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas, nos termos dos números anteriores, e a eficácia das deliberações constantes da minuta cessa se a ata da mesma reunião não as reproduzir.

5 – Os membros do Conselho podem fazer constar da ata o seu voto de vencido, enunciando as razões que o justifiquem, desde que seja logo anunciada a intenção de o fazer, devendo o mesmo ser apresentado até ao fim da reunião a que respeite.

6 – Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem registo da respetiva declaração de voto na ata ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.

7 – Quando se trate de pareceres a dar a outros órgãos, as deliberações do Conselho serão sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.

8 – Os membros têm ainda o direito de requerer a transcrição integral na respetiva ata de qualquer intervenção sua, quando entreguem versão escrita após a respetiva leitura.

9 – Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.

10 – O conjunto das atas é autuado e paginado de modo a facilitar a sucessiva inclusão das novas atas e a impedir o seu extravio.

Artigo 18.º

Disponibilização de informação

A informação relativa às reuniões do Conselho, incluindo convocatória, ordem do dia, documentação de apoio e atas, é disponibilizada a todos os membros do órgão diretamente, por correio eletrónico ou através de qualquer outro meio digital ou plataforma tecnológica de acesso restrito.

Artigo 19.º

Dias úteis e contagem dos prazos

1 – Sempre que estejam em causa dias úteis, são estes considerados como os existentes em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta.

2 – Na contagem dos prazos aplica-se o disposto no artigo 87.º do CPA, designadamente:

- a) O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades;
- b) Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr;
- c) O prazo fixado suspende-se nos sábados, domingos e feriados;
- d) Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses, incluem-se os sábados, domingos e feriados;
- e) É havido como prazo de um ou dois dias o designado, respetivamente, por 24 ou 48 horas.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

f) O termo do prazo que coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte;

g) Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial.

Artigo 20.º

Integração de lacunas

A integração de lacunas do presente Regimento é efetuada nos termos do artigo 10.º do Código Civil.

Artigo 21.º

Alteração

1 – Pode apresentar propostas de alteração ao presente Regimento qualquer membro do Conselho em efetividade de funções.

2 – As alterações ao presente Regimento são aprovadas por maioria absoluta dos membros do Conselho em efetividade de funções.

Artigo 22.º

Entrada em vigor

O presente Regimento entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua aprovação.

APROVADO EM 9 DE DEZEMBRO DE 2016

O PRESIDENTE DO CONSELHO, _____